

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)  
ALERJ

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

SILVEIRA, Antônio Modesto Da. *Antonio Modesto da Silveira*  
(*depoimento, 2000*). Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre  
CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições  
mencionadas.

**ANTONIO MODESTO DA SILVEIRA**  
**(depoimento, 2000)**

### ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 31/01/2000

duração: 2h 30min

fitas cassete: 03

páginas: 37

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista é a sua versão editada e publicada em livro: *Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende*. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

temas: Anistia Política, Ato Institucional, 5 (1968), Esquerda, Ordem dos Advogados do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, Preso Político, Repressão Política

## *Sumário*

Não há sumário desta entrevista. Favor consultar diretamente o livro.

## **Luta para estudar**

*Antes de conversarmos sobre sua trajetória de advogado e deputado, gostaríamos de conhecer suas origens familiares, onde nasceu, como foi sua socialização...*

Muito simples. Minha origem é mais modesta que meu nome. Sou filho de lavradores sem terra do interior de Minas, gente que talvez tivesse um desenvolvimento cultural de dois ou três séculos atrás. Nasci num lugar — não era cidade, não era nada, era um lugar — chamado Ponte Alta, entre Uberaba e Araxá, perto também de Uberlândia. Nesse lugar só havia lavradores, a enorme maioria sem terra, como meus pais. A família era muito grande, e alguns dos parentes tinham uma situação um pouco melhor: possuíam pequenas ou médias propriedades ali por perto.

Nasci em 23 de janeiro de 1927. Minha mãe teve cinco filhos, mas o segundo morreu ainda pequeno. Sou o mais novo dos homens, e abaixo de mim vem uma irmã. Naquela época, em Ponte Alta, poucas pessoas sabiam ler e escrever. Quem não era analfabeto era semi-analfabeto. Não havia escola na região, e apenas de vez em quando aparecia por ali um professor particular. Era quando os roceiros aprendiam um pouco a ler. Mas escola pública oficial, não havia dentro de um raio muito grande, tanto que ninguém tinha condição de pôr os filhos no colégio.

Por sorte, aos sete anos, consegui entrar numa escola. Para azar da família e “sorte” minha, meus pais se separaram e meu pai foi morar numa cidade pequena chamada Conquista, no Triângulo Mineiro. Cada vez que um filho ia fazendo sete anos, ele dava um jeito de levá-lo para morar com ele e estudar. Foi assim que consegui ir para a escola. Depois, minha mãe também foi para uma cidade maior, Uberlândia, e nós fomos morar com ela. Aí foi outra luta, porque o esquema de estudo naquela época era muito complicado. Só havia alguma facilidade, por esse interior afora do Brasil — era outro país —, até o curso primário. Era um primário de quatro anos, em que se aprendia a ler e a contar. Essa era a preocupação educacional básica para homem. Para mulher, nem isso; quanto menos soubesse, melhor.

*O senhor terminou o primário em Conquista?*

Não. Aos oito para nove anos, já em Uberlândia, mal tinha começado o segundo ano primário, tive que parar. Como éramos muito pobres, em nossa casa todo mundo

tinha que trabalhar, em qualquer coisa que aparecesse. Fiz de tudo que vocês possam imaginar e mais alguma coisa: carreguei serragem para trempes, busquei lenha no mato, carreguei mala, fui engraxate... Exercí mil atividades. Não podíamos parar de trabalhar porque todo mundo ganhava muito pouco, e mal dava para a manutenção da família. Por isso tive que parar de estudar no segundo ano. Já entrei na escola de costas para ela, porque precisava trabalhar.

Naquela época não havia carteira de trabalho, nem controle de trabalho de menor, nem coisa nenhuma, e então você trabalhava, não de sol a sol, mas desde antes de o sol nascer até muito depois de ele se pôr. Eu me lembro de que a gente ia para o trabalho com a barra do dia — a barra do dia é quando vem a primeira luminosidade no horizonte da madrugada, quando aparece aquela barra clara e você já pode começar a divisar as coisas. A partir daí a gente saía para o trabalho e chegava lá começando a clarear, mas não com sol. O sol só chegava dali a pouco. No verão, por exemplo, o dia de trabalho podia durar mais de 14 horas. E no inverno podia durar talvez 11. Esse era o esquema da época no interior do Brasil, sem qualquer controle de legislação ou fiscalização trabalhista. No Rio de Janeiro e nas grandes cidades já havia algum, mas no interior não. Quem falasse em carteira de trabalho ou coisa que o valha não voltava no dia seguinte, pois seria demitido pelo patrão.

Com oito para nove anos, em Uberlândia, trabalhei imaginação em quê? Em pedreira, quebrando pedra! Fabricando meio-fio, paralelepípedo, ou o que fosse solicitado. Era uma exploração infantil grave! Meu corpo é cheio de estilhaços das ferramentas, alguns até à vista. Aqueles aparelhinhos antigos de aeroporto, que passavam em você antes do embarque, gritavam em certos pontos do meu corpo, e os guardas ficavam intrigados. Eu brincava com as minhas filhas dizendo: “Eu estive na guerra, isso é estilhaço de guerra...” Depois, claro, contei para elas. Mas de algum modo o que eu dizia era verdade: era uma guerra pela sobrevivência. Também fui guia de cego... Essa foi, talvez, a melhor “profissão” que já tive na vida. Eu era uma espécie de guia amador de um professor que era cego, mas que via tudo com muito mais lucidez que eu.

*Seus pais se preocupavam com os estudos dos filhos?*

Minha mãe era muito preocupada com isso. Meu pai também, só que ele não estava com minha mãe e eu voltei à convivência com ela. De qualquer maneira, minha

mãe sempre se preocupou. Era uma mulher semi-analfabeta de extraordinária sabedoria e bondade: dona Elvira.

Naquela época, em Uberlândia, tentei estudar à noite, mas não podia. Só podia depois de 14 anos completos. Vejam bem: eu, com nove anos, podia trabalhar, até na pedreira, mas estudar fora daquele horário diurno não podia. Havia um esquema montado, indiretamente, de maneira que o pobre não pudesse estudar. O resultado foi que parei completamente. A vida engrenou de tal modo que, quando faltava trabalho em Uberlândia, eu tinha que viajar em busca de outras pedreiras: tive que ir para Goiás uma ocasião, outras vezes fui para outros lugares no Triângulo Mineiro mesmo. Por vários anos não houve nenhuma possibilidade de estudar.

Até que um dia, lá pelos meus 15 ou 16 anos, passei na frente de uma escola, o Instituto Santa Luzia, e vi rapazes e moças entrando. Entrei também e fui conversar com o professor. Era um professor cego, Benedito Fonseca. Foi a sorte da minha vida. Era um homem muito culto, que preparava os alunos para o admissão e o vestibular — um dos que ele preparou foi Adib Jatene. Tinha estudado no Benjamin Constant, aqui no Rio, mas era um grande autodidata. Uma vez me pediu para acompanhá-lo porque queria comprar livros, passei a sair com ele e, para mim, aquilo era uma aula, de cultura, de filosofia, porque ele era um homem muito sensível e realmente sábio — é por isso que eu digo que fui até guia de cego, e que essa foi a minha melhor “profissão”... Depois ele foi convidado para ser professor do Instituto São Miguel, em Belo Horizonte, trabalhou lá muitos anos, até que se aposentou e depois morreu. Hoje é nome de rua, em Belo Horizonte e em Uberlândia. Um homem de grandes qualidades.

Desde a nossa primeira conversa, esse homem foi para mim um verdadeiro guia: o cego guiando quem tinha visão. Ele me ajudou muito. Eu queria fazer o exame de admissão para o ginásio, a rigor tinha apenas o primeiro ano primário, mas ele me preparou com extraordinária rapidez. Eu era interessado, queria recuperar o tempo perdido e realmente recuperei em grande parte, apesar de algumas lacunas. Por exemplo, se vocês perguntarem que livros de Monteiro Lobato eu li, vou dizer que praticamente não li Monteiro Lobato naquela época, porque criança pobre do interior, mesmo sabendo ler, não tem dinheiro para comprar livro. De qualquer maneira, eu queria estudar, me preparei, fiz o exame de admissão, passei, mas aí veio novamente o esquema a que me referi há pouco: só havia ginásio público e gratuito diurno. Noturno, não havia. Por quê? No diurno, só podiam estudar os filhos da classe média e da burguesia, que não precisavam trabalhar. Esses estudavam de graça. Os filhos de

operário, do povo mais humilde, que tinham de trabalhar para sobreviver, se quisessem estudar à noite, tinham de pagar. Nas sociedades individualistas, capitalistas, todas as coisas funcionam assim, em maior ou menor grau. Apenas teoricamente somos todos iguais. Na vida real as igualdades ficam estancadas dentro de cada classe social, e são precários os vasos comunicantes entre elas.

*O paradoxo do ensino gratuito consumido exatamente por aqueles que podem pagar continua até hoje, só que agora se deslocou para a universidade.*

Pelo menos, hoje, subiu de nível. Naquela época era a partir quase do primário! Mas tive sorte, porque o professor Benedito Fonseca conseguiu tramar lá na cidade a criação de uma bolsa de estudos nos colégios pagos para o estudante de maiores notas no exame de admissão, e esse estudante fui eu. Se tive a sorte de ser o ganhador da bolsa, depois tive também que manter a posição, tive que ser o primeiro aluno, senão a passariam para outro.

A preocupação com os estudos que nós tínhamos, eu e meu irmão João, pouco mais velho que eu, era tal que, quando saiu a Constituição de 1946 e distribuíram aquele livrinho de edição barata — o tal “livrinho” a que o Dutra sempre fazia referência —, nós fomos ler o que estava escrito lá. E meu irmão, nesse dia, se iluminou! Encontrou na Constituição uma disposição que dizia o seguinte: “o ensino elementar é gratuito e obrigatório para todos”. E mais: “o ensino oficial posterior será para tantos quantos provarem falta de recursos”. Ele pegou aquilo, me mostrou e disse: “Vamos falar com o prefeito. Você já conseguiu bolsa, mas eu e Helena não. Ele é obrigado a nos dar escola! Nós não podemos pagar!” O prefeito, talvez por curiosidade, o recebeu — só a ele, o maior; eu tive que ficar do lado de fora do gabinete —, e meu irmão disse: “Venho falar com o senhor porque a gente quer estudar. Não tem dinheiro, mas precisa estudar.” E mostrou-lhe o “livrinho”. O prefeito pegou a Constituição da mão dele, leu, riu e disse: “Vá embora, menino. Você não entende dessas coisas...” E fomos embora. Era assim: o esquema era montado para o pobre só fazer o curso primário de quatro anos. Depois, ou você tinha dinheiro ou não estudava mesmo.

Graças à bolsa de estudos, consegui entrar para o Ginásio Oswaldo Cruz. Mal comecei a estudar, o diretor da escola, professor Milton Porto, gostou de mim e me convidou para trabalhar com ele no próprio colégio. Ele me aconselhou a estudar de dia, disse que era muito melhor, que eu teria mais tempo, e então larguei todas as outras

atividades que tinha e me dediquei ao estudo e ao trabalho no colégio. Quando terminei o ginásio, ele me ofereceu, por conta do colégio, um curso gratuito de contabilidade. Eles não tinham nem científico nem clássico, mas era isso o que eu queria: de preferência o clássico, ou pelo menos o científico. Caí naquela mesma dificuldade que eu já conhecia e resolvi sair de Uberlândia e vir para o Rio. Conversei com o professor Milton Porto, ele pensou e disse: “Depois eu falo com você.” Ele era irmão do professor Mário Porto, que tinha um colégio aqui no Rio, até bastante conhecido, o Brasil-América, na rua Humaitá, onde hoje é o Pedro II. Quando voltou ao assunto, foi logo dizendo: “Olhe, eu aconselharia você a ir mesmo para o Rio, e meu irmão o convidou para ir trabalhar com ele e morar na casa dele.” Achei excelente e vim para o Rio, absolutamente sozinho. Isso foi em 1948, portanto eu tinha 21 anos.

Chegando ao Rio, fui trabalhar no Brasil-América e fazer o segundo grau no Rui Barbosa, no largo do Machado, ambos colégios que não existem mais. No Brasil-América eu trabalhava na secretaria, às vezes substituía um professor, enfim, era uma espécie de “bola sete”. Mas, ao mesmo tempo, fui fazer outras coisas, para garantir a sobrevivência. O salário era pouco, eu tinha que ajudar minha família mandando dinheiro e trabalhava no que aparecia. Tinha que ser alguma coisa que não me tomasse o tempo todo. Naquela altura eu era muito ousado e sonhava também em ser jornalista — era uma das carreiras de que eu gostava. Direito sempre foi o centro, mas jornalismo, diplomacia, lingüística, qualquer coisa nessas áreas me seduzia. Então, um dia, pensei: “Dizem que eu escrevo corretamente. Posso ser revisor!”

Saí procurando e encontrei uma possibilidade no jornal *O Globo*, que naquele tempo funcionava num prédio velho no Centro. Roberto Marinho ainda era um homem de classe média alta e trabalhava lá; eu o via diariamente trabalhando. Fui à redação, e o chefe da revisão, sr. Ataliba, conversou comigo, jovem provinciano querendo ser revisor: “Ah, é? Você revê?” Pegou um texto qualquer e me deu: “Reveja.” Fiz a revisão na hora, entreguei, e ele começou a rir. “Menino, você corrigiu direitinho, mas não sabe nada dos sinais de revisão.” Realmente, existem todos aqueles sinais de revisão que você tem que utilizar, mas eu nunca nem tinha ouvido falar naquilo. Ele então disse: “Faça o seguinte. Como eu não tenho pressa, tenho aqui como revisor um rapaz que se formou em medicina e vai embora, mas ainda pode ficar algumas semanas, vá à Imprensa Nacional” — onde funcionava o antigo DIP e hoje funciona a Polícia Federal — “que eles lhe dão toda a simbologia tipográfica convencional de revisão. Logo que você souber os sinais, volte aqui e vamos ver.” Isso foi numa quinta ou sexta-



feira. Fui na mesma hora buscar os sinais, treinei, na segunda voltei, e depois de novo teste ele disse: “Está bom. Logo que o rapaz sair vou encaminhar você para ser contratado.” Acontece que o rapaz resolveu não sair, porque o emprego dele no interior parece que não saiu também, e o chefe da redação me chamou e perguntou: “Você sabe fazer alguma outra coisa?” Eu disse: “Sei. Sei traduzir.” Embora fosse razoavelmente bom em inglês e francês, eu nunca tinha traduzido coisa alguma de maior importância.

Quem cuidava de toda essa parte de tradução no *Globo* naquela época era o hoje acadêmico Antônio Olinto. *O Globo* tinha uma coluna intitulada “Os contos do Globo”, onde todo dia saía um conto curto. Eles me deram um para traduzir, e depois veio a resposta: “Vê-se que não é tradutor experimentado. Mas é o melhor que apareceu por aqui. Podem dar trabalho a ele.” Passei então a receber material para traduzir, traduzia, devolvia, e logo vinha o dinheiro num envelopinho. Passei a traduzir também para agências de notícias. Continuava esperando o emprego de revisor, mas aí a minha vida mudou. Na vida, às vezes você faz um plano, e ela faz outro.

Como um dos meus sonhos era viajar, conhecer o mundo — eu tinha essa fantasia de quase todo jovem —, um dia vi num jornal a informação de que haveria um concurso de preparação de oficiais de marinha mercante e me interessei. Conversei com um colega que se interessou também, fomos lá, fizemos o concurso e passamos. Fui então fazer o curso de oficial na Escola de Marinha Mercante, que funcionava no prédio do falecido Lloyd Brasileiro, e quando terminei passei a exercer essa atividade como praticante no Lloyd. Depois fui convidado a ir para a Fronape, que é da Petrobrás, e lá fiquei viajando pelo mundo durante uns seis ou sete anos. Cheguei a passar mais de um ano sem vir ao Brasil, só viajando daqui para ali: América do Norte, América do Sul, Europa e África.

Mas o meu sonho de estudar direito continuava mexendo comigo. Eu também estava com intenção de me casar, e com aquela vida de viagens pelo mundo ficava difícil. Resolvi então sair da Petrobrás e me preparar para fazer direito. Entrei para a faculdade que hoje é da Uerj em 1957 e me formei no fim de 1962. No mesmo ano em que entrei na faculdade, me casei e fui trabalhar por aí. Arranjei vários empregos com relativa facilidade. Trabalhei por um tempo na Martinelli, uma empresa grande de navegação que havia na avenida Rio Branco, 26, e depois fui convidado a trabalhar numa empresa norte-americana que no Brasil tinha como fachada um título bem brasileiro: Construtora Planalto Ltda. Na verdade, era uma das empresas de uma *holding* famosa nos Estados Unidos, a Raymond International, que logo depois foi absorvida

pela Novacap, responsável pela construção de Brasília. Nessa época fiz nova investida na imprensa, que algum tempo depois foi frustrada pela ditadura militar.

## **O PCB e o golpe de 64**

*Quando a política entrou em cena na sua vida?*

Acho que desde sempre. Ontem assisti a um pedacinho de um programa sobre o Prestes na televisão, ouvi-o falando, vi a cara dele e me lembrei de um episódio. Vejam como é a vida das pessoas. Em 1945, eu simplesmente era — por influência e cobrança da família, sobretudo da minha mãe, que a gente não gostava de desagradar porque era uma pessoa excepcionalmente boa — congregado mariano. Não tinha uma convivência muito tranqüila com a igreja, questionava os padres, sobretudo quando os ouvia sobre os dogmas etc., mas era. E nessa época havia um famoso bispo na região, dom Alexandre Gonçalves do Amaral, que era um fascista camuflado de cristão. Imaginem eu, numa Igreja antiga, anterior ao Vaticano II,<sup>1</sup> sob o jugo de um bispo que era um tirano...

Justamente em 1945 Prestes saiu da cadeia, andou rodando por aí como candidato a senador e foi fazer um comício em Uberlândia. Recebi a orientação do padre para irmos em procissão romper o comício dos comunistas. Essa era a orientação do bispo, e os padres, que em geral eram submissos, conservadores ou reacionários, se engajavam. Mas aquilo me incomodou tanto que eu não quis ir. “Não vou!” Eu estava, ao contrário, extremamente curioso por conhecer a figura lendária do tal Prestes, sobre quem diziam que era um “terror”, “comia criancinha viva” etc. Em vez de ir à procissão, fui ao comício. Chegando lá, comecei a ouvir os discursos, olhei para a figura do Prestes e gostei. E fiz logo um paralelo: “Esse homem de olhar triste e faces encovadas parece mais um Cristo que um demônio”. Ele realmente estava com uma cara muito sofrida. Magrinho, com aquelas sobrancelhas caídas, estava dando um recado que eu entendia

---

<sup>1</sup> O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, resultou em uma das maiores reformas doutrinárias da Igreja Católica. Convocado pelo papa João XXIII e presidido pelo papa Paulo VI, o concílio reuniu em Roma mais de duas mil pessoas, entre bispos, teólogos e observadores. Além de instituir modificações no ritual litúrgico e na estrutura de governo do Vaticano, foi um marco de abertura para uma maior participação dos leigos na Igreja e para o estabelecimento de um diálogo ecumênico com as demais religiões. Tal abertura possibilitou, na América Latina, um maior engajamento de parte das lideranças eclesiais nos movimentos sociais e políticos. Ver Thomas C. Bruneau, *O catolicismo brasileiro em época de transição* (São Paulo, Loyola, 1974).

muito bem. Estava falando da minha vida, da vida de todos nós! Quando ele falava, eu recebia aquilo com grande satisfação, entendendo e concordando com ele.

Afinal veio o bispo, na frente da procissão, com uma grande cruz levantada, cantando o Esconjuro, o Credo — não me lembro mais das músicas sacras. Os comunistas não fizeram nada. Alguns que estavam atrás simplesmente se voltaram para a procissão e se deram as mãos, porque já sabiam que ia ser rompido o comício. De mãos dadas, esperaram calados pelo que desse e viesse. O bispo chegou, cantando todas as ladainhas, todos os esconjuros, mas felizmente, quando sentiu o que aconteceria por culpa dele — poderia haver um tumulto, de resultado imprevisível —, virou à direita, tangenciou o comício, contornou a praça da Prefeitura e voltou pelo mesmo caminho. E eu continuei assistindo, pensando e comparando. A partir daí, e do comportamento desse bispo e de alguns padres, fui me tornando socialista. Passei a ter um interesse muito grande pela política. Já nesse ano de 1945, eu, com 18 anos, congregado mariano, votei nos comunistas, que eram Iedo Fiúza, Luís Carlos Prestes etc.<sup>2</sup>

*O senhor chegou a ter contato com o Partido Comunista ainda em Uberlândia?*

Em Uberlândia tive contato com alguns operários comunistas, porque a cidade tinha muita atividade política, tanto que era apelidada na região de “Moscouzinha Brasileira”. Os operários e intelectuais já eram organizados, e havia muitos comunistas, alguns deles conhecidos, como Nelson Cupertino e Enkmar Borges; parece que Mário Porto também tinha sido ou era socialista, não sei. Havia um amigo meu, alfaiate, chamado Casério Calabria, que era um sujeito muito estudioso, interessante. Enfim, a partir daí, e dessa impressão que eu tive da Igreja de um lado e dos comunistas do outro, de Prestes e do bispo, fui fazendo uma definição muito rápida da minha vida. Quando cheguei à faculdade, foi apenas uma ajuda a mais que a teoria trouxe, como embasamento de um pensamento já estruturado. À medida que eu estudava e discutia as doutrinas sociais, políticas e econômicas, meu interesse ia se consolidando.

*Foi ao entrar para a faculdade que o senhor entrou para o PCB?*

---

<sup>2</sup> Legalizado em novembro de 1945, o PCB lançou candidatos às eleições de dezembro daquele ano: Iedo Fiúza concorreu à presidência da República e obteve votação inexpressiva, enquanto Luís Carlos Prestes, libertado em abril depois de quase 10 anos de prisão, foi o senador mais votado do país. Ver DHBB, op. cit.

Foi. Quando entrei na faculdade foi formalizada a minha entrada no partido, mas desde antes eu tinha bastante contato. Como acabei de dizer, meu contato com a esquerda começou em Uberlândia mesmo, com Casério e alguns operários e professores com quem às vezes nós conversávamos. Depois continuou aqui no Rio, mas eu já tinha todo um potencial, já estava como um amigo, um admirador, um simpatizante. Embora tivesse pouca doutrina, já conhecia alguma coisa e fazia uma opção ideológica. Podia não ser um comunista ou um socialista organizado, mas votava na esquerda. Como, aliás, faço até hoje: voto na esquerda, apóio a esquerda porque estou convencido de que é uma doutrina que não se esgotou e está aí para ser discutida e apoiada.

*Havia células do partido na faculdade?*

Havia. Toda faculdade tinha a sua organização de base. E depois foram surgindo outras. Naquela época havia muito poucas, aliás. Havia o quê? Além do PCB, havia a JUC, que logo depois deu a AP, havia o Movimento Tiradentes e outras tendências de esquerda menos significativas. O grosso da militância era Partido Comunista. Depois, o próprio partido se desdobrou em várias outras tendências e partidos.

*O senhor se formou em direito em 1962, com o Brasil pegando fogo. Pouco depois viria o golpe de 64. Como viu o golpe, onde estava naquele momento?*

Depois que me formei, eu e alguns amigos, colegas de faculdade, sem abandonar nossos empregos, nos associamos e abrimos um escritório. Éramos Zé Quarto — José Quarto de Oliveira Borges —, que depois se tornou procurador do Banespa, Maurício de Oliveira, que depois virou juiz, Werneck Viana, que era um excelente advogado mas deixou porque tinha paixão pelas ciências sociais... Mais tarde veio Rosa Cardoso, que foi secretária no governo Brizola,<sup>3</sup> excelente advogada, que entrou no escritório ainda como estagiária, bem jovem. Enfim, éramos um grupo de amigos e estávamos indo muito bem. O escritório ficava na Cinelândia, e havia um comício marcado para lá no dia 1º de abril de 1964. Sabendo disso, e desconhecendo a evolução do golpe militar, resolvi ir. Tive grande dificuldade, porque tinha havido a decretação de uma greve de transportes; como eu morava no Humaitá, tive que ir de táxi. Quando cheguei, senti que

---

<sup>3</sup> Rosa Cardoso foi subsecretária de Justiça no segundo governo de Leonel Brizola (1991-1995).

o golpe estava na rua. Quem apareceu lá, também atordoado, tão ignorante quanto eu sobre o que estava acontecendo, foi Roland Corbisier:<sup>4</sup> “O que está havendo?” Nós estávamos esperando as lideranças de oposição, que eram os trabalhistas, socialistas e comunistas, mas não aparecia ninguém.

Enquanto estávamos ali conversando, chegou a tropa do Exército. Tanques e soldados com metralhadoras e baionetas caladas foram chegando em grande número. O povo, inocentemente, ensaiou aplausos. O Exército era subordinado ao governo, e o governo era o presidente João Goulart. Pois bem, ainda sob os ensaios de aplauso, os soldados fizeram a volta e viraram os canhões e baionetas contra o povo. A partir dali, começou a haver vaia. Quando as vaias começaram, eu me lembro bem, duas pessoas caíram ao meu lado, fuziladas. Mas não foram os soldados, foram dois homens à paisana, de aparência militar, que atiraram no povo que estava vaiando — atiraram para matar! Depois, os dois homens, seguros de si, atravessaram a rua bem na esquina da Santa Luzia com Rio Branco. Entreabriram-se aquelas portas gigantescas, pesadas, do Clube Militar, eles entraram, e as portas se fecharam de novo. E aí foi um corre-corre lá fora.

Já nesse primeiro dia, o golpe militar deu a perceber mais ou menos qual era a sua filosofia. Fomos procurados no escritório por pessoas de esquerda, lideranças sindicais, trabalhadores, mulheres em desespero porque seus maridos tinham sumido, ou tinham sido arrastados de casa. Já em 1º de abril! Já ali percebemos que aquele movimento era contra o trabalhador, o que logo depois veio a se configurar. Como isso se configurou para mim nitidamente? Primeiro, porque naqueles primeiros dias todas as lideranças sindicais operárias passaram a ser cassadas, com “ss”, e com “ç” também, e quase todos os sindicatos de trabalhadores foram fechados, mas nenhuma liderança ou organização patronal foi incomodada. Era um recado muito claro da filosofia do movimento de 64: era um movimento contra o trabalhador e a favor do patronato. Logo depois, é claro, no plano teórico, surgiram as várias teorias que consolidavam essa prática. Por exemplo, o famoso crescimento do bolo: “É preciso preparar o bolo, fermentá-lo e fazê-lo crescer, para depois de grande fatiá-lo com todos.” Fatia essa que

---

<sup>4</sup> Roland Corbisier, escritor e jornalista, um dos fundadores e diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi eleito em 1960 deputado à Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara na legenda do PTB. Em 1962 foi eleito primeiro suplente de deputado federal pela Guanabara e em janeiro de 1963 assumiu o mandato, passando a integrar o grupo que apoiava as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, teve seu mandato cassado na primeira lista divulgada pelo regime militar. Ver *DHBB*, op. cit.

nunca veio, só veio mais arrocho salarial. Foi aí que nós entendemos melhor as coisas e começamos a atuar com mais clareza.

### **Advogado de presos políticos**

*O senhor então começou a atuar como advogado de perseguidos políticos logo no início do regime militar?*

Já aí. Já no dia 1º de abril fomos procurados no escritório por pessoas desesperadas. Se não me engano os primeiros foram a família do Pereirinha, que era líder bancário, ou do Oton Canedo Lopes, uma daquelas lideranças do famoso CGT. Tive a veleidade de ir ao Dops, na rua da Relação, para ver se falava com o preso, mas quando cheguei não pude nem ir à calçada do Dops, pois a polícia não permitia. Do outro lado da rua, ali do Bar Don Juan, ficamos observando o movimento. Enquanto eu estava lá, apareceu quem? Sobral Pinto,<sup>5</sup> maravilhoso advogado, e advogado do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em todas aquelas brigas dele com o governo federal, portanto um homem com muito prestígio. O próprio Sobral Pinto não conseguiu entrar. Quando vi Sobral Pinto barrado no portão do Dops, pensei: “É um sonho querer entrar. Vou preparar um *habeas-corpus*” — até 68 ainda tivemos possibilidade de entrar com *habeas-corpus*. E começou a nossa luta. O escritório virou um muro de lamentações e de desespero. Acumulamos mil histórias de pessoas e seus sofrimentos, impostos por infinitas perseguições ideológicas.

*Antes da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, os advogados ainda conseguiam soltar os presos políticos com alguma rapidez?*

Era um tanto mais fácil, porque a maioria dos casos preenchia condições legais de soltura. *Habeas-corpus*, só quem recebia era o Superior Tribunal Militar, para o qual se deslocou a competência jurídica para os processos políticos. Mas o Tribunal Militar era segunda instância. A primeira instância era o juiz auditor. Então, quando o juiz não estava sob coação, não era muito medroso, mandava soltar o preso, ou pelo menos

---

<sup>5</sup> Sobral Pinto, advogado ligado ao movimento católico, tornou-se célebre pela defesa de Luís Carlos Prestes durante o Estado Novo. Após o golpe de 1964 assumiu a defesa de muitos presos políticos, além de manifestar-se publicamente pela democracia. Ver *DHBB*, op. cit.

mandava pedir informações e depois dizia: “Isso é ilegal. Melhor soltar.” Às vezes os advogados também ganhavam o *habeas-corpus* no Tribunal Militar, até porque a própria composição do tribunal favorecia isso. Ele era composto por 15 membros, 10 oficiais gerais e cinco civis. Os oficiais gerais eram três almirantes, três brigadeiros e quatro generais, e os cinco civis eram togados. Eram eles os verdadeiros juízes, pois eram os que entendiam de direito. Tanto que o relator em geral era civil, e os outros eram revisores. O togado era quem votava primeiro e dava a condução jurídica possível. Mesmo que fosse muito reacionário, pelo menos tinha a noção de que se devia, se possível, não violar a lei. A lei já era um lixo; se se fosse violar o lixo, onde cairíamos? Iríamos direto para a cloaca. Na maioria dos casos nós ganhávamos os *habeas-corpus*, às vezes até para trancar a continuação de um processo. Quantas vezes matamos o processo por via de *habeas-corpus*! Simplesmente, se interrompia o processo por falta de justa causa. Era uma coisa tão absurda, tão sem prova nem mesmo indício, uma tal vergonha, que até pela lei do menor esforço o juiz dizia: “Bom, realmente não dá pé. Isso não existe.” Às vezes, os presos eram meros reféns: mulher, para o marido aparecer; moça, para o namorado se apresentar. Crianinha! Eu vi criança de colo seqüestrada para o pai se entregar, conheci casos assim!

Agora, quando acabaram com o *habeas-corpus* em 68, pelo AI-5, tivemos que ficar muito mais criativos. Quase todos os advogados eram liberais, alguns eram progressistas, mas havia um elo harmônico maravilhoso entre todos, o que fazia com que, sem troca de palavras, funcionássemos de forma praticamente orgânica. Tivemos que fazer muita ginástica, muita acrobacia mental a partir daquele momento. Fazíamos, e dava certo. Por exemplo, já que não podíamos mais apresentar uma petição de *habeas-corpus*, apresentávamos uma petição simples, sob outro título. Fazíamos a petição com fundamentos e argumentação fortes e com isso levávamos o juiz auditor a requisitar informações para saber se aquilo era verdade. Como era verdade — nós não podíamos mentir e nem precisávamos, porque os fatos eram por demais contundentes —, o juiz dava uma decisão geralmente salutar. O juiz auditor era um togado entre quatro militares, geralmente coronéis ou capitães. Quando recebia aquela petição, podia se impressionar ou não, mas em geral pedia informações. O encarregado do IPM consultava o promotor que o orientava, e eles davam um jeito. E funcionava, praticamente, como se fosse um *habeas-corpus*. Em resumo: era notável a eficiência, a cooperação e a solidariedade entre os advogados de perseguidos políticos.

### *Havia divergências dentro da Justiça Militar?*

Ah, havia. Havia divergências até dentro do Doi-Codi, dentro do próprio sistema de repressão e tortura. Quantas vezes recebi telefonemas anônimos, de denúncia, que eu alimentava porque sentia que eram verdadeiros, e eram. E o que nos interessava era a verdade. Porque se você tem a verdade, você cria uma estratégia de defesa. Foi por descobrir certas verdades, às vezes através de telefonemas anônimos, que eu estou seguro de que conseguimos salvar a vida de muitas pessoas. Às vezes até blefando, não para a Justiça, mas para o torturador. Eu sabia, por exemplo, que um determinado cliente podia estar marcado para morrer, tinha um indiciozinho, e chegava para o torturador — não que fosse o torturador oficial, mas era o representante do esquema, o chefe da tortura; por exemplo, um delegado do Dops que, por ser muito reacionário, era ligado à chamada “área verde”, ou seja, ao Exército, na fase em que o Exército passou a assumir e a monopolizar todo esse esquema nazista —, pois bem, chegava para o torturador e dizia: “Doutor, é o seguinte. Eu não vou brigar, desde que o meu cliente, que está preso, não sofra de agora em diante nenhuma tortura, e o seu seqüestro seja legalizado. Se isso acontecer, eu, como advogado, aconselharei o meu cliente a não fazer nada. Está bem?” Porque ele estava escalado para morrer e ia morrer.

Houve o caso, por exemplo, do advogado Afonso Celso, que tinha sido deputado estadual no antigo Estado do Rio e que foi seqüestrado pelo Codi e levado para a Oban, em São Paulo. Ele foi um dos que nós estamos convencidos de que salvamos a vida, exatamente por essa tática de trabalho. Houve o caso do Gildásio Cocenza, irmão da Gilda, ex-mulher do Henfil. Esse quase chegou a dizer a frase do circo romano “*Morituri te salutant*”. Foi levado para São Paulo para ser torturado e morto. No final, os torturadores tiraram os capuzes deles próprios e do Gildásio e disseram: “Bom, agora você pode nos conhecer.” Como quem diz: “Você vai morrer mesmo, logo pode ver a gente.” Mas nesse exato momento houve um corre-corre por causa de um meio blefe que eu fiz, baseado nos poucos dados que tinha. Um dos dados eu obtive do Ivan, filho do Henfil, que na época era um menininho e gostava muito do tio. De vez em quando o Gildásio, mesmo clandestino, ia buscar o menino para dar um passeio e, como quem não quer nada, dizia uma série de coisas que se tornaram úteis. Depois, a namorada dele também contou algumas coisas que ajudaram. Nós somamos aquilo, pegamos um fiozinho de lógica e montamos o blefe, que funcionou. Depois de me ouvir, o delegado disse: “Doutor, espera aí, ele não está aqui.” Respondi: “Não tem problema. Veja lá na



sua ‘área verde’. Mas desde hoje ele não pode mais ser torturado”. Ele queria três dias. Eu disse: “Não. Três dias é muito. Eu tenho que tomar uma providência, não pode ficar do jeito que está. Eu tenho dados; não quero briga, mas tenho dados!” Acho que ele teve medo de ser envolvido, porque o Gildásio tinha sido preso por ele, que o entregara à Oban. O cara ia morrer, ele sabia disso e no dia seguinte disse: “Vai ser legalizado.” Foi legalizado e realmente não foi mais torturado.

*Que outros advogados, além do senhor, se dedicavam a defender presos políticos?*

Muito poucos. Além de Sobral Pinto, que era advogado de preso político desde 1935, havia Vivaldo Vasconcelos, Oswaldo Mendonça, Bento Rubião, Heleno Fragoso, Evaristo de Moraes, George Tavares, Eni Moreira, que ainda era estudante mas continuou, Rosa Cardoso, Humberto Jansen, Alcione Barreto. Depois entrou o Sussekind, que era defensor público mas não era proibido de pegar clientes. Manuel de Jesus também deu uma ajuda boa. Outros deram ajudas eventuais, como Paulo Sabóia e poucos mais.

*E Lysaneas Maciel?*

Só me lembro de ter participado com ele de uma audiência, na Aeronáutica. Acho que ele dava suporte a algumas pessoas, mas tinha alguma dificuldade, porque creio que era procurador. Por outro lado, ele era uma espécie de pastor ou presbítero, e as igrejas, no começo, ainda estavam com uma visão bastante estreita a respeito do problema. Mais tarde é que elas foram se conscientizando, de tal maneira que fui chamado para conversar seriamente com eles e até para dar palestras para pastores e bispos protestantes. Lysaneas deu uma grande ajuda em outras áreas, sobretudo políticas.

*O senhor tem idéia de quantos presos políticos defendeu?*

Heleno Fragoso afirmava que, pelos cálculos dele, quem mais defendeu presos políticos no Brasil fui eu. É muito difícil saber quantos defendi, porque às vezes eu funcionava junto com outro advogado, ou era advogado de dezenas de pessoas no mesmo processo. Vou dar um exemplo. Houve um grupo da Ishikawagima, de 60 e

tantos presos, e fui procurado por todos. Eu não seria tolo de aceitar todos, porque parecia que eu era um advogado orgânico: “Ele faz parte da organização dessa turma, e a organização o mandou defendê-los.” Para evitar esse tipo de cogitação e suspeita, eu chamava os colegas e sugeria: “Você figura com uns 10 ou 15, eu figuro com 30, outro com cinco, ou então figuramos conjuntamente.” Algumas procurações eram conjuntas, outras eram individuais, mas nós atuávamos em favor de todos, sem contradição.

Já que falei na Ishikawagima, vou aproveitar para mostrar como muitas empresas, naquela época, se beneficiaram da situação. Como se sentiram no poder, elas puseram ou tentaram pôr os generais para fazer o seu trabalho sujo e os bancavam por trás. O que eles fizeram na Ishikawagima? Aproveitaram-se daqueles 60 e poucos “subversivos”, relacionaram quase 600 que queriam demitir por interesse econômico da empresa e os demitiram sem direito nenhum, sob a alegação de “subversão”, que era a palavra mágica. Como os 600 e tantos não puderam ser envolvidos em nenhum processo, porque era um absurdo, a própria Justiça acabou por reintegrá-los. E muitas outras empresas fizeram coisas assim.

Ainda antes de 64, no fim do governo Jango, a direita estava tão articulada e organizada que, como eles sabiam que havia na Ishikawagima um foco de socialistas e comunistas, puseram lá dentro alguns olheiros. Um desses era um famoso policial do Dops chamado Mário Borges. Era um policial acostumado com a área política, um torturador, não sistemático, mas eventual. Era horroroso. Um dia, um dos meus clientes, Zé de Arimatéia, me contou que ele ficava na janelinha da cozinha anotando quem conversava com quem, quais eram os comunistas e os suspeitos. Ele já devia ter uma lista de suspeitos fornecida pela empresa e anotava todos os seus movimentos. Certo dia, fez uma ampla anotação que redundou na prisão de muita gente, não só daqueles 60 e tantos como de outros, que não entraram no processo. Um dos que foram presos foi torturado para contar a história do Chapeuzinho Vermelho. Ele não sabia do que se tratava e apanhou muito. Depois que saiu da tortura é que veio a saber pelos outros presos qual era a história. Sabem qual era? A Ishikawagima, como toda a empresa que lida com máquinas e óleos, graxa etc., costuma comprar muita estopa e trapo para limpeza. Numa dessas ocasiões, eles compraram meias vermelhas com defeito de fábrica. Quando os operários encontraram aquelas meias, simplesmente as cortaram, amarraram e puseram na cabeça para proteger o cabelo contra a graxa. Pois bem, burramente, todo mundo que botou chapeuzinho vermelho, o seu Mário Borges relacionou como comunista. E aquele pobre operário, se mal conhecia a história infantil,

nada sabia de organização comunista... Eu vi montanhas de livros presos, bíblias apreendidas como material subversivo porque tinham capas vermelhas... Há muitas histórias tragicômicas, que seriam só cômicas se não houvesse tanto sofrimento envolvendo as pessoas.

Mas, voltando à pergunta, ousou dizer que defendi alguns milhares de clientes. Não sei quantos, porque também tive que destruir documentos ao longo das perseguições que eu mesmo sofria. Tive que destruir até dois livros que escrevi sobre essa temática em períodos diferentes, depois de 68, principalmente, e antes de 78.

*A partir de quando o senhor começou a ser perseguido? Desde 64?*

Nesse momento não, até porque eu não era uma pessoa muito “queimada”. Mas depois perdi o emprego e fui muito perseguido. Fui seqüestrado, finalmente. Nos primeiros anos consegui me esgueirar, mas depois me seqüestraram.

*Depois de 64, que tipo de atuação o senhor teve no Partido Comunista?*

Pequena, no começo. E depois, dada aquela situação especial, eles também tinham uma relação especial comigo. Eu tinha um contato prudente com a alta direção. Além disso, fui advogado do Prestes, embora o advogado ostensivo dele sempre tenha sido Sobral Pinto. Mas eu também fui: dele, da filha Anita e da irmã Heloísa.

*Houve uma tentativa de lançá-lo candidato a deputado pelo MDB em 1966, não houve? O que impediu sua candidatura?*

Realmente, em 1966, enquanto eu estava envolvido na minha atividade de advogado de presos políticos, muita gente, representando organizações de esquerda, me convidou para ser candidato a deputado federal. Isso aconteceu na mesma época em que o Marcito, o Fabiano Vilanova, o Alberto Rajão e outros aqui no Rio de Janeiro foram candidatos. Eles queriam que eu me candidatasse a deputado federal, mas eu não queria. Primeiro, porque achava um absurdo um advogado que estava realizando um trabalho como o meu ir para uma área que estava rendendo politicamente tão pouco. Havia tanta gente que poderia ser mais eficiente do que eu como deputado! Fui contra. Mas eles insistiram de tal maneira, dizendo: “Modesto, pelo menos aceite que a gente apresente

seu nome”, que concordei. Apresentaram o meu nome na convenção do MDB e ganhei. Mas não levei, porque o SNI não permitiu. Meu nome foi simplesmente vetado e alijado, e achei ótimo. Eles ainda queriam recorrer ao tribunal, mas eu disse: “Sou contra. Acho que não vale a pena. Se o meu trabalho é bom, devo continuar. Por que vamos alterar a regra de um jogo que parece estar correto neste momento? Nós somos tão poucos advogados para milhares de perseguidos políticos...”

## **O seqüestro**

*Como e quando o senhor foi seqüestrado?*

No dia 13 de dezembro de 1968, dia do Ato 5, eu tinha uma audiência numa auditoria da Marinha, que era aquele terror. O clima político estava muito tenso. Nós tínhamos sabido que Sobral Pinto tinha sido seqüestrado numa viagem de Brasília para Goiânia, onde ia paraninfar uma turma de advogados, e os advogados dos processos daquela audiência ou resolveram não comparecer, ou não puderam fazê-lo. Eram Evaristinho, George Tavares, Heleno Fragoso, e nenhum compareceu. Mas eu compareci, até porque pensei: se tenho que ser preso, é melhor que o seja dentro da Justiça, porque aí se torna mais difícil desaparecerem comigo. Fui à auditoria, dentro do Ministério da Marinha, e lá denunciei a perspectiva do meu seqüestro.

Aconteceu o seguinte. Quando percebeu que os advogados não tinham ido, o promotor fez uma catilinária contra os ausentes: “Um desrespeito dos advogados, não comparecerem aqui! O país está na mais perfeita ordem, por que eles não comparecem?” — querendo intrigar, até para pedir algumas prisões preventivas. O juiz então me nomeou para substituir os outros, mas antes me consultou. Eu disse que teria muita honra em representar os meus colegas ausentes desde que os clientes deles concordassem, e aproveitei para, à moda shakespeareana no *Júlio César*, ironizar o promotor: “Diz o promotor que o país está na mais perfeita ordem. Mas todos nós sabemos que o decano dos advogados brasileiros, o professor Sobral Pinto, foi preso em Brasília quando ia para Goiânia. Os nossos colegas, advogados deste processo, podem ter tido o mesmo destino. E aliás, eu, por estar dizendo estas verdades, nada me assegura que, ao sair daqui, não seja também seqüestrado. Do lado de fora ou, quem sabe, até dentro da área do ministério.” E continuei: “Se eu desaparecer das próximas audiências, não pense o senhor promotor que é desrespeito ou desídia do advogado.

Seguramente será por uma impossibilidade de altíssimo grau, como por exemplo um seqüestro em minha casa.”

Isso, em 1968, me poupou quase dois anos. Só vim a ser seqüestrado em 1970. Fui então levado para o Doi-Codi, mas pensei: esta não foi a pior das coisas que me aconteceram. Por exemplo, as minhas filhas eram todas pequenininhas. Às vezes eu estava falando durante uma audiência numa auditoria militar e via um escrivão angustiado. Mal terminava a minha fala, e ele vinha rápido, dizendo: “Doutor, corra! O telefone está chamando o senhor!” Eu ia ao telefone e alguém dizia: “Ah, dr. Modesto? Eu queria avisar ao senhor que a sua filhinha fulana de tal, aquela pequenininha” — dava até o tipo da menina — “acabou de ser atropelada aqui na rua Humaitá. Ela está morrendo.” Eu, em desespero, ligava para casa e via que era um mero terror psicológico. Não era verdade, a menina estava lá muito bem. Esse tipo de coisa aconteceu muito. E também cartas anônimas fazendo ameaças, às vezes até sugestões diretas. Quantos desses torturadores, os famosos coronéis de IPM, me perguntavam sugestivamente: “O senhor não tem medo?” “Mas medo de quê?” “Ah, de sofrer alguma coisa...” “O que eu posso sofrer? Sou cuidadoso, não faço nada errado.” “Não, mas o senhor não pode ser atropelado? O senhor vive com a cabeça cheia...” Às vezes até diretamente falavam. É claro que eu entendia o recado de ameaça, que vinha de mil formas e em mil ocasiões diferentes. Por isso é que eu digo que esse seqüestro que sofri foi talvez o menos grave que me aconteceu nesse período. E eu não fui o único, como ia dizendo. Além de Sobral Pinto, quase todos os advogados da área sofreram não só pressão, como seqüestro também. Houve um fim de semana — em geral eles preferiam fim de semana, sobretudo fim de semana longo — em que seqüestraram Heleno Fragoso, George Tavares, Sussekind...

O meu seqüestro foi assim: eu quase nunca tinha tempo de passear, nem de coisa nenhuma, mas, quando tinha, telefonava para minha mulher e perguntava se ela queria fazer alguma coisa. Nesse dia, nós conseguimos ir a um cinema, sessão das 10. Quando cheguei em casa vindo do cinema, à meia noite e meia, por aí, percebi que o meu seqüestro estava montado na rua, pelo ambiente, pelo clima e pelas pessoas espalhadas. Fui seqüestrado e levado inicialmente para o meio do mato, para uma estrada que sai da avenida Niemeyer, no número 550. Hoje é um pequeno bairro que sobe, mas naquela época havia muito poucas casas lá no fundo. Eu nem conhecia aquilo. Me levaram para lá, e na minha frente iam carros, metralhadoras, fuzis — até metralhadoras semipesadas eles tinham, dessas pesadíssimas para um homem. Era uma equipe grande. Enquanto

estava sendo levado, pensei: “Eles vão me fuzilar.” O AI-5 em plena vigência, total impunidade para o torturador e para o assassino oficial e oficioso... “Eles vão me matar aqui nesse mato e ainda vão fazer uma montagem no meu escritório. Vão lá tirar o meu material profissional, furtar documentos, e dizer que foram os comunistas.” Aí, o que eu fiz? Eu tinha a chave do escritório num bolsinho. Perguntei a um dos seqüestradores, o que me pareceu mais acessível: “Escuta, você não disse que nós íamos para o Doi-Codi?” Ele, do mesmo jeito que estava, respondeu ríspido: “Vamos fazer uma diligência. Depois iremos.” Enquanto eu falava com ele, tirei do bolsinho a chave do meu escritório, passei-a por cima do ombro, a janela estava aberta, e a chave caiu no mato, enquanto a caminhonete subia aquela estradinha em ziguezague. Depois de uma certa altura eles pararam, ficaram dois comigo e os outros foram lá para seqüestrar mais alguém. Depois voltaram e ouvi um dizendo: “Chefe, ela não está aí” — era uma mulher que mais tarde eu vim a saber quem era —, “foi para Santa Catarina.” Não puderam levar essa pessoa, e dali realmente fomos para o Doi-Codi, naquele quartel da PE, na Barão de Mesquita, e lá fui interrogado.

Já de começo, quando cheguei, havia uma mesa grande, e me levaram para a frente dessa mesa. Veio um nazista daqueles, sem nome, à paisana, sentou e botou as botas em cima da mesa — pelas botas eu vi que era militar, depois vim a saber que era major ou coronel — bem na minha direção. Meu rosto ficou entre o V das botas dele. Ele me olhou, e em volta de mim, em meia-lua, estavam todos os torturadores que foram me buscar. Disse: “Aqui não tem doutor. Doutor somos nós.” Realmente, eles se chamavam de doutores e chefes, nunca se chamavam pelo nome na frente de um preso. “Aqui não tem *habeas-corpus*, *habeas-corpus* somos nós. Aqui não tem Justiça, Justiça somos nós. E vai falando, doutor!” Quando ele disse isso, eu percebi: “Bom, ele não está tão seguro assim. Se diz que não tem doutor e me chama de doutor, é porque ele mesmo não está certo se tem ou não tem.” Aí eu disse: “Falando o quê? O que os senhores querem saber?” Ele: “Tudo o que sabe!” Eu: “Tudo o que eu sei, qualquer um pode saber. O senhor tem direito. Se quiser, pode ir à Justiça, porque pela lei os processos são públicos. Qualquer pessoa habilitada e interessada pode ir lá e pode até tirar certidão se quiser. Tudo o que eu sei está lá.” Ele: “Ah, não vai falar não? Leva!”

Aí me levaram para uma salinha pequena. Ele próprio veio, mais uns poucos, porque a sala era menor, e de novo fiquei de frente para uma mesa, ele com os pés em cima. Também sobre a mesa, um revólver e um aparelho de choque, daqueles de campanha, que foram muito usados. As paredes sujas de sangue e de tudo quanto é

porcaria. Um ambiente já de constrangimento, de coação. Ele dizia: “Não vai falar?” Eu: “Falo o que sei e posso. Mas o que sei e posso não lhe interessa. O senhor lê no processo que é mais exato. Eu posso não ter boa memória.” Ele: “Mas não tem mais nada?” Eu: “Mais nada.” Aí, eles trouxeram uma senhora toda quebrada, e ele perguntou: “Esse é o dr. Modesto?” “É, sim senhor.” “A senhora se encontrou com ele?” “Encontrei sim.” Ela foi confirmando coisas que até eram verdadeiras, mas que não diziam nada. “Encontrou onde?” “Em Niterói.” “Qual era a finalidade?” “Dar dinheiro a ele.” Enfim, foi fazendo perguntas nesse nível, e ela realmente não estava dizendo nada de criminoso. Afinal ele disse: “Podem levar”. Levaram-na. “Então, não tem nada a dizer?” Eu: “Não. O que ela disse é verdade. Só não está explicado. Recebi o pagamento dela num dia de audiência em Niterói.” Quando o cliente podia e queria pagar, nós recebíamos. Se não podia ou não queria, não cobrávamos, e isso era a maioria: 90% deles jamais pagaram um centavo; ao contrário, às vezes nós é que tínhamos despesas para ajudá-los. Às vezes também acontecia de uma pessoa aparecer com um dinheiro vindo da chamada solidariedade familiar. As pessoas ou as organizações pediam: “A mulher do fulano está morrendo de fome com os filhos. Por favor, o senhor pode passar esse envelope com dinheiro para ela?” Eu dizia: “Claro, tudo bem.” Era apenas um ato de humanidade, não havia nenhuma irregularidade nisso, nenhum crime.

Pois bem. Quando eles se convenceram de que eu não tinha nada a dizer, senão o que estava nos processos, e que eu insistia em não dizer nem mesmo isso — “o processo é público, o senhor vá e veja”, ou então “o senhor pode pedir até certidão, trazer e ler, que eu não tenho nada a dizer, até porque minha memória não é boa para isso” —, começaram a pensar em me mandar embora. Passei a noite toda sob ameaças, respondendo a questionários infinitos e burros, nesse mesmo nível, sem dizer nada. Ao mesmo tempo, a OAB tomou conhecimento do meu seqüestro, pois quando saí de casa soprei para a minha mulher: “Telefone para a OAB e dê a informação”, e agiu rapidamente. Na mesma hora nomeou Evaristo de Moraes e George Tavares para me darem assistência como advogados, e eles atuaram rápido. Por outro lado, eu não tinha nenhuma atividade ilegal, minha atuação era toda fundada na legislação conservadora e reacionária existente, da qual nós aproveitávamos as brechas mais humanísticas para abrandar as penas ou absolver as pessoas — isso era conseguido na imensa maioria das vezes, graças a muitos juízes sensíveis e competentes. Afinal, no outro dia, à tarde, me

soltaram. Acharam que eu não valia o preço de uma denúncia de tortura a advogado, até porque àquela altura meu nome era bastante conhecido, mesmo internacionalmente.

Havia realmente muitas organizações internacionais e ONGs que acompanhavam o nosso trabalho. Vou dar um exemplo. Uma ocasião, quando houve o julgamento da Niomar Sodré, que era dona do *Correio da Manhã*, eles montaram um esquema teatral muito simpático e legal na auditoria militar, porque a ONU resolveu mandar como observador um dos seus maiores assessores jurídicos, Sebastián Soler, um jurista argentino muito respeitado, um doutrinador. Sebastián Soler veio e ficou bem impressionado com o julgamento. Mas, como ele queria conversar conosco, eu, Heleno Fragoso, Evaristo e se não me engano Jansen fomos bater um papo com ele e tomar um refresco. Ele nos disse: “Fiquei bem impressionado. Eles se conduziram corretamente, como um tribunal, não vi nada de anormal.” Aí eu pedi a palavra: “Mas o senhor me permita dizer que aquilo não é o normal, não é a rotina.” E contei: “Ao mesmo tempo que aquela sessão teatralizada se passava, eu tive uma audiência um pouco antes em que a minha cliente foi torturada dentro da sala de outra auditoria.” E dei o nome, da cliente e da auditoria. “Aconteceu isso, isso e isso. E nós próprios, para chegarmos à nossa mesa, tínhamos que passar por um corredor de soldados com metralhadoras e fuzis de baioneta calada. E cada um de nós estava sob a mira de um fuzil.” Ele perguntou ao Heleno se isso podia ser verdade, e o Heleno respondeu: “É exatamente isso.” Todos confirmaram. E aí nós demos para ele o AI-5. Ele lia português e chegou a emitir expressões assim: “Isto é uma antilei!”

*Qual foi o papel da OAB nessa época?*

A OAB passou a ter um papel importante depois do AI-5, quando nós conseguimos ganhá-la. Ganhamos em parte e depois, finalmente, no todo. Até então a OAB era conservadora e tradicional. A advocacia, fundamentalmente, é uma profissão conservadora. Como o advogado existe para manter o que está na lei, para conservar a lei, a tendência dele é ser conservador. Mas o conservador da lei, numa etapa autoritária de governo, já está avançado. Para nós isso já ajudava alguma coisa. E mais tarde a OAB veio a ajudar mais ainda, quando passou a ter uma maioria de liberais e progressistas na sua direção.



*Pode-se concluir que houve então dois momentos distintos na história da OAB sob o regime militar?*

Sim. A OAB, como quase toda organização profissional tradicional, tem resquícios de corporação de ofício. Ela funcionou, quase que desde a sua criação, como corporação de ofício dos advogados ricos, sobretudo dos advogados da Light. Mas mesmo esses davam alguma ajuda porque, como eu disse, eram conservadores, mas em geral não eram reacionários nem concordavam com torturadores. Para nós, um conservador já era, em alguns momentos, quase um aliado. Mas como eles ajudavam muito pouco, nós começamos uma campanha, exatamente em 68, para eleger quem prestasse para a OAB e para, dessa maneira, colocá-la numa posição de luta em favor do associado. Sem dinheiro, sem preparação, com toda a manipulação, pusemos seis nomes da maior categoria na direção da OAB.

*Na seção do Rio ou na OAB nacional?*

Era a seção do Rio de Janeiro, mas ela tinha uma fortíssima influência na OAB nacional, porque muitos dos seus conselheiros eram ou tinham sido do conselho federal. Vocês já ouviram falar em Cândido de Oliveira Neto? Cândido de Oliveira é nome até de centro acadêmico, o Caco. A família é muito tradicional, mas Cândido de Oliveira Neto, que fora ministro da Justiça do Jango, era um homem muito progressista, muito interessado, e nos ajudou muito. Ele estava na cabeça da nossa chapa, junto com Roberto Lyra, que era um grande nome na área de direito, foi meu professor. Roberto Lyra era um homem de visão aberta. Ele mesmo me disse, porque tinha uma relação boa comigo: “Muita gente me chama de socialista lírico...” Era irmão do ministro da Guerra que veio a compor aquela regência trina dos ministros militares: Lyra Tavares, Sousa e Melo e Rademaker.<sup>6</sup> Aliás, depois me decepcionou muito, recusando ajuda quando o irmão se tornou todo-poderoso. Mas de qualquer maneira esses nomes encabeçaram a nossa chapa, que elegeu seis dos melhores nomes. E isso foi uma surpresa, uma bomba

---

<sup>6</sup> Em fins de agosto de 1969, o presidente Costa e Silva afastou-se da presidência devido a uma trombose cerebral, mas a cúpula militar não permitiu que o vice-presidente Pedro Aleixo tomasse posse. Formou-se então, no dia 31, uma junta composta pelos três ministros militares, general Aurélio Lyra Tavares, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Márcio de Sousa e Melo. Em 25 de outubro, o Congresso elegeu o general Emílio Garrastazu Médici presidente da República por 293 votos a favor e 76 abstenções correspondentes à bancada do MDB. No dia 30 a junta militar transferiu o governo a Médici. Ver *DHBB*, op. cit.

dentro da OAB. Daí em diante fomos assumindo espaços cada vez maiores, e a OAB passou a ter uma posição defensiva muito decisiva em favor do advogado, especialmente dos criminalistas que defendiam perseguidos políticos.

### **A eleição de 1978**

*Após a tentativa de lançamento da sua candidatura em 1966, houve outras nas eleições seguintes?*

Houve. Toda vez que havia uma eleição, havia uma consulta a mim e eu insistia: “Não quero ser candidato a deputado, acho isso uma burrice. Há muita gente melhor do que eu para isso, gente que está disponível, de outra área que não a minha. Com tantos presos e perseguidos, vamos tirar um advogado que está produzindo e deixar uma lacuna? Sou contra a minha saída, como a de qualquer outro dos nossos companheiros que estão dando essa ajuda.” E realmente o meu ponto de vista foi respeitado até 1978, quando já estava menor a carência de advogados na área. Aí eles disseram: “Agora você não tem desculpa.”

Com a aberturinha que se fazia naquela época, realmente mais advogados de presos políticos apareceram. Muitos tinham medo de entrar nessa área, essa é que é a verdade. Encontrei muitas vezes na rua com colegas de faculdade, daqueles estudantes radicais, que me decepcionaram. Houve um, então, que foi chocante para mim. Quando o vi, abri os braços e um sorriso e pensei: “Este vai ser advogado de preso político, pela valentia, pela coragem; é um cara inteligente.” Ele me viu, deu uma dor de barriga, correu, virou a esquina e nunca mais o vi de perto. Outras vezes em que íamos nos encontrar, ele de novo dobrava a esquina antes. Naquela época havia um receio mais ou menos justificado, porque defender preso político era perigoso mesmo. E por isso quase todos nós sofremos, não só no Rio de Janeiro, como em São Paulo. Lá também houve alguns seqüestros. Em todo lugar onde havia defensores de perseguidos políticos, de algum modo eles também eram perseguidos.

Acabei sendo candidato em 78 e fui eleito com a maior votação que a esquerda teve: mais de 70 mil votos.

*Em 1978 o senhor continuava filiado ao Partido Comunista?*

Em 1978 eu era do MDB e, por trás das cortinas, clandestinamente, era militante do PCB.

*Foi difícil conseguir a legenda do MDB? Porque era um momento de crise interna no partido, com Chagas Freitas e Amaral Peixoto brigando desde o momento da fusão...*

Chagas era Chagas, não vou comentar, mas Amaral era um homem que tinha uma tradição liberal, democrática, e tinha uma relação de respeito com as esquerdas. Toda a esquerda que se relacionava com ele dizia que era um homem que cumpria a palavra. Quanto a mim, todas as tendências hoje consideradas de centro para a esquerda me deram apoio, ou ao menos não se opuseram. Creio que acertaram de tal forma que não pôde haver veto na convenção, e meu nome saiu como um dos candidatos. Houve aquela votação que em geral era mais ou menos formal, porque os partidos da época, como ainda hoje, eram controlados de cima, e a legenda foi obtida. Aliás, é bom falar nisso: a ditadura partidária e eleitoral está hoje de tal maneira que, se não houver uma ampla democratização da legislação eleitoral e partidária, jamais chegaremos a ter uma democracia razoável, como já existe em muitos países europeus. Será muito difícil chegarmos lá, com esse controle das diretrizes partidárias, do sistema e do processo eleitoral, com essa influência do poder econômico, a maior e a mais esmagadora do mundo. Nessas condições, as esquerdas, é claro, sempre conseguirão eleger alguns nomes, mas continuarão em minoria. A não ser que aconteça um fenômeno qualquer, e o Lula se apresente e tenha mais de 50% dos votos. Vamos pegar o Lula como exemplo, porque é o mais marcante: Lula, nas primeiras pesquisas, é o candidato preferido do povo em geral, mas durante a campanha isso muda. À medida que o dinheiro entra, e que o sistema de publicidade internaliza nas cabeças das pessoas não a preferência delas, e sim a de quem detém o poder econômico e, *ipsu facto*, o poder político, há um declínio sistemático da candidatura dele.

*Como foi a sua campanha em 1978?*

Foi muito simples. Vou dar um exemplo, para vocês entenderem. Até hoje, às vezes encontro uma jovem que eu não sei quem é, que me cumprimenta, tira da bolsa um cartão meu daquela época das perseguições políticas e diz: “Naquela época eu andava com o seu cartão, porque, se fosse presa, já sabia como encontrá-lo. Minha

família tinha um e eu tinha outro. Se eu não pudesse, minha família lhe telefonaria para você me defender, você seria meu advogado. Hoje eu guardo isso como talismã...” Ou seja, a turma composta por esse tipo de pessoa se reuniu e se organizou. Eu acompanhava, discutia, dava a minha opinião etc., mas a opinião majoritária prevalecia, e foram essas pessoas que traçaram o rumo e a execução da campanha. Eram pessoas de pouca experiência, a maioria jovem e sem vivência de partido. Às vezes até lutavam com o MDB, que era um partido heterogêneo. A Arena era reacionária, fascistóide, e o MDB era um tanto conservador, um pouco liberal e um pouco de esquerda. Hoje em dia eu encontro de tudo na rua, desde um velhinho como Manoel João, que morreu ano passado com 100 anos, que fez a minha campanha em Três Rios, até uma jovem professora que anda com o talismã na bolsa. Com isso, foi fácil ter a votação que eu tive...

Outra coisa interessante foi que no final de tudo a Lourdes Goulart me presenteou com os livros de tesouraria da campanha. Sabem quanto eu tinha gasto? Zero! Gastei zero real. Eu não tenho nem que ter inveja de um deputado italiano meu amigo, que veio aqui e me disse: “Modesto, quer que eu diga uma coisa? Você sabe que sou líder católico, mas fui candidato pelo Partido Comunista Italiano. Sabe quanto eu gastei na campanha? O terno da posse.” Por quê? Porque o sistema italiano, fruto de um processo democrático mais avançado, permite que um cidadão seja facilmente eleito sem gastar dinheiro. O nosso, só num fenômeno ocasional como esse meu. É claro que eu não gastei, mas alguém gastou por mim. Isto é, todos. Ganhei tanta coisa, tantos quadros e esculturas, tantos livros... Chegaram a fazer galerias de quadros de valor, obras de arte primorosas; tudo isso era posto à venda e rendia dinheiro. E faziam-se também festas e bailes. Raymundo de Oliveira foi um dos meus companheiros de chapa e nós fizemos uma dobradinha forte. Nossas campanhas fizeram algumas festas juntas.

*O fato de o senhor ser vinculado ao PCB não atrapalhou o eventual apoio de outras organizações de esquerda à sua candidatura? Por exemplo MR-8, Var-Palmares?*

Não. Em primeiro lugar, como eu jamais os discriminei, eles jamais me discriminaram. Hoje continuo amigo de todos eles. Além de pessoalmente sempre ter-me dado muito bem com gente de qualquer organização de esquerda, sempre os defendi com o mesmo entusiasmo. Não havia absolutamente nenhuma diferença. Eu não sou discriminador! Acho absurdo esse tipo de coisa. Por isso eu tive um apoio espontâneo e

amplo. Sei que houve pouca discussão na esquerda. A única área que sei que andou discutindo mais amplamente foi a da Igreja mais progressista, pós-Vaticano II, essa Igreja moderna. Eles andaram discutindo não se o meu nome seria apoiado ou não, mas “quais deles nós vamos adotar”. E aí fizeram uma espécie de concurso. Chamaram lá outros candidatos da esquerda a deputado federal, me chamaram e optaram por mim. Chamaram também os candidatos da esquerda a deputado estadual e optaram pelo Raymundo. Em toda aquela região da Vila Kennedy, onde havia um pessoal da Igreja muito organizado, nós fomos uma dobradinha constante.

*Como era a sua relação com Raymundo de Oliveira? Suas posições eram politicamente muito próximas?*

Tínhamos alguns enfoques diferentes. Mas, como a essência era a mesma, e as discordâncias às vezes eram por quinquilharias, nós nos entendíamos. As diferenças, às vezes, eram mais de tática. Enfim, praticamente não vem à minha memória nenhuma divergência de fundo.

*Como deputado, que orientação o senhor imprimiu à sua atuação parlamentar? Como foi essa experiência?*

Por minha formação e opção ideológica, e por minhas atividades profissionais, é claro que eu defendia basicamente os direitos humanos. Mas falar em direitos humanos é defender uma amplitude imensa de direitos de cidadania. Então, o que surgia? Além da luta pelo fim da tortura, pela anistia, pelos direitos humanos em geral e pela reconquista da democracia, havia as lutas das chamadas minorias sociológicas. Por exemplo: mulher. Mulher é uma maioria apelidada de minoria. E essa minoria tinha as suas reivindicações, que cresceram muito nesse período. Outra minoria muito importante também era a dos negros. E outra, a dos índios. Embora no Rio de Janeiro exista pouco índio, era uma luta nacional que se encaixava na luta pelos direitos humanos. Assim como a do trabalhador, a da reforma agrária e várias outras.

*O senhor nunca se preocupou muito com as questões de política regional?*

Eu me preocupava, sim, e defendia as questões de interesse do Rio de Janeiro. Por exemplo, quando havia desequilíbrio da lei em relação a certas regiões, quando o Rio de Janeiro não era incluído: nós discutíamos muito isso. Mas as questões do Rio de Janeiro muitas vezes também eram questões nacionais. Essa questão dos direitos humanos não é do Rio de Janeiro; é também do Brasil e do mundo. A da mulher, a do negro, a do índio, a do sem-terra: são questões locais e do mundo. De maneira que eu fiquei bastante conhecido inclusive nessas áreas.

*A fusão, implementada em 1975, ainda era muito recente nessa legislatura 1979-1983. Na bancada federal do estado do Rio de Janeiro, composta por deputados fluminenses e cariocas, havia pontos de convergência? A bancada votava em bloco para defender os interesses do estado?*

Quando se tratava do interesse específico do estado, e não entrava ideologia, havia convergência. Vamos dar um exemplo: aqueles *royalties* do petróleo, que eram de interesse fundamentalmente dos estados produtores e dos município contíguos. Isso unificava a bancada toda. Quando havia um ponto comum a todos, poderia haver uma reunião, se não do conjunto dos deputados, pelo menos das lideranças. Mas nem precisava haver reunião, porque a troca de idéias e informações fechava os vários grupos num todo, como nesse exemplo que dei. É claro que era interesse do Rio de Janeiro, como o maior produtor brasileiro de petróleo, receber *royalties*.

*Há uma tese, que até hoje circula na imprensa e nos meios políticos, de que a bancada do Rio de Janeiro é inorgânica, não defende como as dos outros estados os interesses regionais. Como o senhor avalia isso naquele momento?*

Naquela época, nós estávamos ainda na ditadura. Uma ditadura decadente, mas ainda ditadura. Então, os focos de interesse giravam muito em torno da ditadura e da antiditadura. As questões nacionais envolviam muito. O MDB se reunia para avaliar; a Arena se reunia para obedecer à ditadura, e em 90 e tantos por cento dos casos havia choque de interesses. E aí nós perdíamos no plenário. Embora fôssemos a maioria da nação em termos de votos, perdíamos porque eles tinham uma maioria artificial, “biônica”, no Congresso.

*O senhor participou da Comissão de Constituição e Justiça?*

Particpei da Comissão de Constituição e Justiça, da de Minas e Energia, e fui proponente e relator de uma subcomissão, a do Projeto Jari.<sup>7</sup> Fiz vários pronunciamentos a esse respeito e escrevi até um livro para quem quisesse entender direito toda aquela patifaria do Jari e do Daniel Ludwig. Intitula-se *Ludwig, imperador do Jari*, e saiu pela Editora Civilização Brasileira. Esgotou rapidíssimo. Nesse período escrevi outros livros, com trabalhos parlamentares.

*O senhor estranhou a vida de deputado? Teve vontade de voltar à vida de advogado?*

Não, porque de algum modo continuei, enquanto era deputado, a dar assistência a perseguidos políticos. E no meu escritório no Rio ficou gente que continuou os processos em andamento. De vez em quando eu vinha, ajudava no possível, discutia. Enfim, continuei na atividade profissional, à qual foi adicionada a atividade parlamentar.

### **A reformulação partidária e as eleições de 1982**

*Em 1979, por ocasião da reformulação partidária, qual foi sua posição?*

Vamos voltar lá para trás. Em 1965 acabaram-se os partidos e criaram-se dois artificiais, Arena e MDB. Nós dizíamos que o MDB foi criado para ser o partido do “sim”, e a Arena, o do “sim, senhor”, mas o fato é que o MDB se converteu em oposição. Depois que o AI-5 foi extinto, houve uma abertura para a criação de novos partidos, em 1979. E naquela altura, houve uma grande discussão. A minha posição e a de muitos outros era a de que devíamos continuar todos no MDB por mais algum tempo, até acabarmos de derrotar a ditadura. Nós a tínhamos derrotado na prática, mas não formalmente. Por quê?

---

<sup>7</sup> O empresário americano Daniel Ludwig tinha o projeto de fundar uma reserva para a exploração de bauxita em região próxima ao rio Jari, no Amapá. Após serem divulgadas no Congresso denúncias de irregularidades no projeto, como a de que estariam sendo vendidos para um empresário estrangeiro mais de 10% da reserva nacional de bauxita, o Ministério das Minas e Energia suspendeu o negócio em novembro de 1980. Ver *Veja*, 26/11/1980.

Vocês se lembram de que o Geisel, depois que assumiu o poder, sabendo que em 1974 o governo já tinha quase perdido as eleições, e em 1978 perderia na certa, baixou uma série de pacotes. Um deles criava condições para que o governo não perdesse a eleição. Essas condições foram basicamente as seguintes: primeiro, no Senado, foi criado o senador biônico, o que daria sempre maioria ao governo. Depois, na Câmara dos Deputados, aprofundou-se a desproporcionalidade entre os estados, ampliando-se a representação dos estados pequenos, atrasados, sobre os quais a ditadura tinha total controle, e restringindo-se a dos estados mais progressistas, mais avançados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais etc., onde o povo era mais organizado. Com isso o governo conseguiu fazer uma precária maioria no Congresso Nacional, embora tenha perdido por quase cinco milhões de votos a eleição de 1978. A oposição teve cerca de cinco milhões de votos a mais, mas, pelos artifícios autoritários da ditadura, perdeu em número de representantes no Congresso.

Em 1979, quando surgiu a possibilidade da criação de novos partidos, não só eu como muita gente era favorável à manutenção do MDB como instrumento transitório, mas eficiente, de luta. Mais tarde, quando derrotássemos a ditadura formal e legalmente, aí sim, seria o momento da abertura a mais ampla e democrática possível, com a criação de partidos. Por isso continuei no MDB. Até hoje estou convencido de que as esquerdas erraram naquele momento, ao se fracionarem fora da hora. Eu dizia isso: “Vamos esperar. Para que essa pressa? Por que mudar as regras, se estamos ganhando?” Mas havia algumas pessoas apressadas, entrou muita coisa nova, os exilados voltaram... Havia também algumas lideranças que não gostavam de conviver com certas faixas atrasadas ou indefinidas de oposição... Havia tudo isso.

*Os exilados voltaram em função da lei de anistia. Como o senhor viu essa lei, promulgada em 28 de agosto de 1979?*

Aquela lei restrita de anistia, a 6.683, que nós conseguimos fazer passar, não era o que queríamos. Nós lutávamos pela anistia ampla, geral e irrestrita e conseguimos apenas *aquilo*, num acordo interpartidário em que o governo tinha a maioria. Mas aquele arremedo de anistia que saiu já beneficiou uma boa parcela de perseguidos políticos. Foi graças àquela lei que conseguimos fazer voltar, se não todos, quase todos os exilados e perseguidos políticos lá de fora.



*Afinal a lei se mostrou mais ampla do se supôs de início, não?*

Só foi ampla para os torturadores, para os torturados não. Se parte deles teve algum benefício, foi porque o momento era de amplitude e abertura. Se fosse um momento de fechamento político, não funcionaria. Depois vieram outras leis de anistia, ampliações da 6.683: a Emenda Constitucional nº 26, de 1985, e o artigo 8º do ato das disposições constitucionais transitórias da Constituição de 1988. Mas o fato é que, além de ter saído a lei da anistia, em 1979 começou o fracionamento dos partidos. E eu era favorável à manutenção da unidade por mais uma eleição, talvez.

*Um dos que voltaram com a anistia foi Leonel Brizola. O senhor já imaginou Brizola dentro do PMDB?*

Pois é. Pesaram essas dificuldades todas. Pesaram também os puros e sonhadores — sempre existe um puro que quer o mais puro do mais puro do mais puro, que quer purificar tudo até chegar à unidade pura do eu sozinho. Eu, ao contrário, aprendi com os estudantes uma frase que julguei genial: “É melhor dar um passo com mil do que dar mil passos com um.” Não é? Um estudante anônimo reproduziu essa frase durante a minha campanha, e achei-a oportuna. Altamente democrática e importante naquele momento. Infelizmente, para mim, houve um certo aborto do pluripartidarismo que eu queria, que todo mundo queria, mas só depois do tempo necessário à sua gestação, e não antes disso.

*A eleição de 1982 no Rio de Janeiro foi marcante. O PMDB, inicialmente, lançou a candidatura de Saturnino Braga, mas depois houve a incorporação do PP, o grupo de Chagas Freitas voltou, e o PMDB apoiou a candidatura de Miro Teixeira. Como o senhor avaliou aquele momento?*

Naquela altura, acho que nós avaliamos mal. Calculamos que ainda era momento de MDB, enquanto o Miro, pelas posições que tomava, já não era mais aquele representante chaguista — ele repudiou realmente o chaguismo, de uma maneira às vezes até um pouco inábil —, e vinha avançando para a nossa posição. Não gostei muito da indicação dele, mas, como nas avaliações coletivas partidárias acharam que ele seria

o nome para aquele momento de transição, que ele já apresentava uma nova face, eu, um tanto disciplinadamente, o apoiei também.

*O senhor conhecia Miro Teixeira do Congresso. Como ele se comportava?*

No Congresso ele não se afinava bem com o grupo progressista, mas também já não estava se afinando muito bem com o grupo chaguista. Eu, pessoalmente, tinha dúvidas. Apesar de vê-lo, não convivia com ele. Podia até ser preconceito, mas mantinha um certo distanciamento, porque conhecia o trabalho dele junto do Chagas, de quem nós discordávamos muito. Achei que a candidatura dele não seria boa para nós, que nós poderíamos abrir para o PMDB fazer uma coligação com todos os partidos de esquerda, inclusive com o Brizola, que estava vindo com muita força, mas aí o Brizola também andou escorregando, andou elogiando alguns dos ditadores, elogiou o Figueiredo... Brizola realmente fez alguns pronunciamentos que dificultaram muito o nosso trabalho de coligação. De qualquer maneira, Miro acabou virando uma pessoa a quem hoje não me arrependo de ter dado apoio naquela altura, embora na época eu não lhe fosse favorável. Achava, na época, que devíamos lutar por uma ampla coligação do centro para a esquerda, para garantir a votação de um nome que facilitasse mais a transição democrática.

*Como foi a sua própria campanha em 1982? O quadro era totalmente diferente do de 1978.*

Foi uma campanha muito difícil, porque, primeiro, tinha havido o fracionamento. Com o fracionamento, aquele talismã já não funcionou do mesmo modo. Embora nós tivéssemos o apoio ou o respeito sistemático da esquerda, era uma esquerda fracionada. Isso dificultou muito. Era preciso também ter dinheiro, e nós não tínhamos recursos para a campanha. Quase todos que havíamos ganho em 78 perdemos em 82.

*Não passou pela sua cabeça, por exemplo, ir para o PDT?*

Fui inclusive muito convidado, mas aconteceu o seguinte: eu era fundamentalmente socialista — não gosto nem de dizer comunista porque a expressão foi muito denegrada e deturpada ao longo da história. Como socialista, estive em muitos

debates, inclusive com Darcy Ribeiro, e achei que a coisa estava difícil. Como eu era organizado, e o partido entendeu de não apoiar o PDT, também não apoiei.

*Mas Prestes apoiou Brizola.*

Sim, mas naquela altura Prestes já era outra coisa. Ali ele pertencia a um grupo ainda desorganizado e só tinha amigos em volta dele.<sup>8</sup> Inclusive eu conversei muito com ele sobre isso e disse: “Olha, se o senhor não discutir e organizar nada democraticamente, vai ficar muito difícil. Eu gosto de trabalhar organizado porque, certo ou errado, facilita o trabalho, dá mais força.” Ele até pediu algumas sugestões, que eu dei, mas era obstinado e não aceitava facilmente. Eu tinha um grande amigo e ex-cliente, Gregório Bezerra, que continuou com Prestes porque aquela amizade deles desde jovens era muito forte, mas o Gregório, quando vinha de Pernambuco, ficava na minha casa e toda vez que ia se encontrar com o Prestes voltava muito triste. Às vezes se abria um pouquinho. Por uma questão de ética não comentava muito, mas dizia: “Meu Deus, o Velho é muito teimoso! Não sei o que faça, ele é muito teimoso!” E realmente era. Um homem direito, honesto, com um grau de retidão de quem quisesse ganhar o céu, que acreditasse no céu, mas muito teimoso. Ele não tinha organizado nada, eu ia trabalhar como? Sair de livre atirador por aí? Não! Eleição não pode ser isso. A direita se organiza para ganhar eleição. A esquerda tem que fazer melhor, se quer ser alternativa para o poder.

*Quer dizer que o senhor não foi para o PDT porque fez um certo cálculo político? Achava que tinha mais chances eleitorais ficando no PMDB?*

Não era bem isso. Eu achei que ia perder. Primeiro, porque em 1982 eu continuava sem dinheiro. Segundo, porque tinha havido o fracionamento das esquerdas. E um fracionamento muito grande, do qual o PT se beneficiou, tanto que rapidamente

---

<sup>8</sup> Com a decretação da anistia, em agosto de 1979, Prestes retornou ao Brasil após oito anos de exílio. Sua liderança entre os comunistas havia, porém, enfraquecido consideravelmente. Em março de 1980, escreveu uma “Carta aos comunistas” criticando a direção do PCB, culpando-a pela morte de muitos dirigentes em 1974-75 e acusando-a de antidemocrática. A divulgação desse documento provocou seu afastamento do partido, que continuou a ser dirigido por Giocondo Dias. Em 1981, Prestes iniciou contatos para ingressar no PT. No entanto, sua filiação acabou não acontecendo. Procurou então ingressar no PDT, mas as negociações também não foram bem-sucedidas. Houve ainda uma tentativa malograda de aproximação com o PMDB. Afinal, Prestes acabou apoiando a candidatura de Leonel Brizola e de muitos candidatos a cargos eletivos filiados ao PDT. Ver *DHBB*, op. cit.

foi-se tornando o maior partido de esquerda. Então pensei: pronto, acho que realmente não tenho chance. Mas sempre restava aquela vaga esperança e continuei lutando até o fim. De qualquer modo, queria manter a coerência e fazer o que me parecia certo.

*O PT não se beneficiou tão rapidamente assim do fracionamento das esquerdas, tanto que teve uma votação inexpressiva em 1982.*

Mas essa votação foi crescendo rapidamente. Dava para ver. E havia também o PDT, que veio com aquela auréola do passado, de um PTB forte, cuja sigla acabou resvalando para as mãos da direita.

*Muitas pessoas que saíram candidatas a deputado federal e estadual pelo PDT, que não tinham nenhuma expressão, foram eleitas no vácuo de Brizola.*

É verdade. A vinculação de votos foi um golpe absurdo! Se não tivesse havido o voto vinculado, eu e outros candidatos de esquerda provavelmente teríamos sido eleitos em 82.

### **O declínio do PCB**

*É curioso que sua tese, de que teria sido melhor manter a esquerda unida no final da ditadura, era um pouco a mesma que Prestes defendia, só que de forma inorgânica.*

É, estava muito inorgânica, e ele também tinha uma briga pessoal interna muito grande no PCB. Havia uma cisão muito forte. O partido, na ocasião, tinha duas direções. A mim tinha parecido correta a decisão das duas direções quando foi tomada, durante a ditadura. Isto é, ficava uma direção no Brasil e outra no exterior, porque a daqui a qualquer hora podia cair e morrer — como aconteceu. A maior parte da direção daqui caiu e foi assassinada. Foi quando mataram 10 membros do comitê central.

*Isso ainda no governo Geisel.*

Sim. É interessante observar o discurso que o Geisel fez logo depois daquele congresso dos advogados no Hotel Glória. Nós fizemos lá um congresso magnífico, e

um dos recados que o nosso documento dava era o da necessidade do fim da tortura e dos seqüestros oficiosos, da democratização, da anistia, enfim, todas aquelas teses que nós pregávamos. Era um documento muito bom, que pressionava o governo. Geisel fez um discurso de resposta, e me lembro bem do recado que ele deu. Ele dizia que era preciso acabar com as pressões, porque a cada pressão de um lado correspondia uma pressão em sentido contrário no mesmo nível ou até mais forte. E acrescentou: “É preciso também acabar com as torturas *inúteis*” — qualificou as torturas. Aí, pronto, deu o recado ao torturador: “Pára de torturar e de matar desnecessariamente, gente como o Herzog, como o Manuel Fiel Filho, e mata quem for preciso matar.” E não deu outra coisa. O recado foi bem recebido e obedecido pelos torturadores, que começaram a pegar quem? Luiz Maranhão, David Capistrano, Orlando Bonfim Jr... Eu nem me lembro quantos. Foram muitos, muitos. Todos naquele período. Mataram quase toda a direção do comitê central do partido que ficou no Brasil.

Os militares tinham uma tese interessante, pelo menos alguns setores deles. Eu discuti muito com um promotor, Rio Apa, da Marinha, um sujeito até muito educado, que conversava bem conosco. Ele dizia: “O governo está perdendo muito tempo. Se liquidar o PCB, acaba tudo.” Perguntei: “Mas por quê?” Ele disse: “Porque o PCB é a escola e o foco gerador desse povo todo, é de onde veio ou está vindo todo mundo da esquerda. Se acabarem com o PCB, acabam no nascedouro, ou até antes do nascedouro, com as outras organizações. Esse pessoal que dá tiro, o pessoal da luta armada, a repressão pega, mata e acabou. Mas e a fonte geradora desse povo? É o PCB.” Creio que o grupo do Geisel adotou essa tese e passou a selecionar: “Vamos começar com os cabeças da fonte geradora.” E aí liquidaram os cabeças. Foi só a partir de 79, com a anistia, que voltou quase todo mundo, Prestes e os outros que estavam fora, embora alguns até já tivessem voltado clandestinamente para preencher as lacunas dos que haviam sido assassinados.

*Quando o PCB se tornou legal, em 1985, o senhor entrou para o partido?*

Eu já era do partido. Mas quando o partido se legalizou, eu me legalizei dentro dele e fui candidato novamente. Nessa altura, em 86, eles apresentaram 20 e tantos candidatos a deputado federal no estado do Rio de Janeiro sem fazer as coligações convenientes. Eu achava que deviam ser feitas coligações, porque o partido estava em organização, fraco e dividido, mas não se fez. Resultado: perdi a eleição. Depois disso,

quando me convidam para ser candidato, eu sistematicamente digo: “Não. Não tenho dinheiro para entrar em concurso de riqueza.” Essa legislação eleitoral e partidária que aí está só permite a eleição de quem tem dinheiro, a não ser por alguns poucos líderes de organizações de esquerda que concentram votos. É o caso das minorias de esquerda que estão aí nos parlamentos.

*Em 1992 o PCB se transformou em PPS. O senhor não se vinculou ao PPS?*

Não. Simplesmente informei que não ia ter militância, ia continuar apenas com o meu direito de pensar, observar e discutir até ter uma convicção de onde seria justo ficar. Tenho amizade por todos eles, às vezes vou a um debate, ao aniversário de um ou de outro, de qualquer tendência socialista, mas não tenho vinculação formal com nenhum partido. Estou absolutamente suprapartidário.

*A que o senhor atribui o declínio eleitoral da esquerda comunista e o avanço do PT a partir dos anos 80?*

Certamente algumas lideranças dos trabalhadores, nas suas colocações, nas suas reivindicações, foram mais felizes e eficientes ou mais oportunas do que os comunistas. Mas além dos erros pessoais e coletivos que os comunistas possam ter cometido, há também a força da propaganda deformadora, que é uma coisa séria. Eu, na verdade, não gosto muito das expressões comunismo, ditadura do proletariado... O comunismo pode ser uma idéia filosófica generosa e humanista, viável daqui a quantas gerações? Por ora, tudo o que você pode conseguir é um certo grau de socialização. Você pode ir por etapas, como ocorria na União Soviética e ocorre na China, no Vietnã, em Cuba, com avanços e recuos. Não há e nunca houve comunismo no mundo histórico. Mas o que aconteceu foi que, ao longo da pregação capitalista permanentemente contrária, o termo virou palavrão. No caso do PDT, ninguém fala mal de “democrático” nem de “trabalhista”; do PT, ninguém fala contra “trabalhadores”. Não há uma pregação sistemática. Mas há uma guerra psicológica dirigida contra a expressão “comunista”. Há um pré-conceito. Há uma tendência a rotular e, na rotulação, a pré-conceber o significado. Isso, eu acho, deve ter sido uma das causas do declínio ocasional de uma idéia tão generosamente humanista.

## 25 anos de fusão

*Para terminar, como o senhor viu a fusão da antiga Guanabara com o Estado do Rio?*

Para dizer a verdade, apesar de alguns aspectos negativos, vi a fusão com bons olhos. Achei que a fusão seria melhor para os dois estados. A forma foi ruim, a época foi ruim, mas o princípio eu acho melhor do que a divisão, a separação. Sou muito pela unificação. Uma cidade sobreviver como estado complica muito. Sobretudo quando é uma cidade líder, ex-capital federal, que já se espalhou pelo outro estado. Enfim, acho que no caso específico do Rio de Janeiro, a fusão vem se tornando boa, a médio e longo prazo.

*Uma coisa que o MDB costumava dizer na época era que o objetivo primeiro do regime militar com a fusão teria sido amordaçar, domesticar o MDB do Rio de Janeiro. O senhor concorda com isso?*

Eu não sei exatamente tudo o que passou pela cabeça dos generais, nem se esse foi um elemento decisivo. Acho que, mesmo que o objetivo imediatista deles tenha sido ruim, a idéia era válida. Agora, nós sabemos que o Rio de Janeiro centralizava a oposição mesmo. A ditadura aqui levava surra, enquanto em outras cidades ou capitais de estado, não. E o Estado do Rio era ideologicamente mais atrasado, tinha uma representação política reacionária grande e poucos progressistas: talvez Válder Silva, de Campos; Alves de Brito, de Niterói; Chico Amaral também, mas era deputado estadual; Jorge Gama era outro sujeito progressista. Mas a grande massa, da Baixada para o interior era muito reacionária. Acredito que a ditadura tenha pensado nisso: “Vamos diluir a força desses deputados progressistas do estado da Guanabara com o carreirismo do velho Estado do Rio.”

*Mas acontece que quem dominava a Guanabara naquela época era Chagas Freitas, que, segundo o próprio MDB, fazia o jogo da ditadura.*

É verdade. E mais tarde Amaral Peixoto acabou fazendo também. Na briga interna no estado, dele com o Chagas, não concordando e nem suportando o peso do

chaguismo, ele acabou indo para o PDS. O próprio Moreira foi para lá. Foi eleito prefeito de Niterói pelo MDB, mas logo depois passou para o PDS.

*O senhor continua a advogar e a defender os direitos humanos? O que é lutar por direitos humanos hoje?*

Tenho 73 anos de idade, mas pelo menos 146 de trabalho. Nunca trabalhei menos do que 15 horas por dia. Ultimamente resolvi pinçar o que fazer. Minhas filhas já não dependem muito de mim, sou uma pessoa comedida, não tenho muitas exigências de consumo, e então, pela primeira vez na vida, de pouco tempo para cá, passei a trabalhar comedidamente. É dessa maneira que estou advogando. E quanto aos direitos humanos, continuo trabalhando da minha forma: se pedem minha ajuda eu dou, escrevo artigos, faço palestras, vou aqui e ali, leio e escrevo. Tudo o que faço tem um sentido de engajamento humanista e social.